

Queda de receita impede que prefeitos realizem as tradicionais festas dos municípios



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

DOMINGO E SEGUNDA, 23 E 24 DE NOVEMBRO DE 2014



SILVIO: "Não faço festa enquanto estiver com o orçamento apertado"

Este final de semana seria de festa na Região do Baixo São Francisco, com a realização da 2ª edição do Pacatuba Fest. No entanto, devido a uma decisão judicial, o evento que aconteceria nos dias 22 e 23, em homenagem ao padroeiro da cidade, São Félix, foi cancelado. De acordo com a prefeitura, a decisão atendeu a um pedido liminar do Ministério Público Estadual (MPE), que visa a prestação de contas do município em conformidade com a receita anual. A administração se pronunciou sobre o caso e, em nota, garantiu o cumprimento da determinação judicial.

A prefeitura explicou que, assim como a maioria dos municípios brasileiros, Pacatuba enfrenta problemas com a destinação de recursos e queda de receita, principalmente com relação ao Fundo de Participação Municipal (FPM) repassado pelo Governo Federal. "Pedimos a compreensão de todos, reafirmando o nosso compromisso em cumprir a sentença judicial, bem como as nossas obrigações financeiras, obedecendo critérios e seguindo os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal", dizia a nota. O Pacatuba Fest teria entre as atrações musicais os cantores Diego Costa, Léo Santana e a banda Baby Som.

povo vai ter que entender o que é prioridade", afirma o prefeito de Divina Pastora, Sylvio Cardoso.

Os motivos são os mesmos de grande parte dos municípios, e ele lista um por um. "Estou tendo bloqueios judiciais mensais por conta de dívidas dos ex-gestores. Já paguei R\$ 1.500 milhão de passivos trabalhistas dos anos de 2008 a 2012 e agora estamos pagando parcelamentos do INSS e FGTS descontados em folha e não pagos, na ordem de R\$ 21 milhões", detalha. O prefeito fala ainda sobre a queda na arrecadação do FPM, o aumento do custeio decorrente da melhoria da qualidade da merende escolar, do aumento e modernização da frota de veículos, transporte escolar, máquinas agrícolas e de terraplanagem.

"Sem falar nos gastos com a infraestrutura da Procição de 2014, pois, devido ao período eleitoral, não tivemos apoio das empresas parceiras e nem do Governo do Estado", ressalta. O prefeito lembra ainda que no Portal da Transparência, as despesas com "restos a pagar" não são mostradas no item relativo à despesa, o que provoca a falsa impressão à população de que há recurso sobrando. "É claro que a realidade é bem diferente", completa. O prefeito de Poço Verde, Thiago Dória, afirma que a situação dele é bastante semelhante com os problemas enfrentados por Divina Pastora. "A minha e acredito que a de 80% das prefeituras sergipanas", destaca.

O cancelamento de festas e comemorações tradicionais das cidades sergipanas é outra consequência da crise financeira que as prefeituras enfrentam. Esta semana foi em Pacatuba, mas outros gestores já anunciaram que, enquanto a situação não for revertida, nenhuma celebração será realizada com recursos municipais. "Tomei uma decisão: não faço festa enquanto estiver com o orçamento apertado. É desta forma que conduzo minha vida particular, não será diferente na pública. O

TRADIÇÕES

Em Capela, o prefeito Ezequiel Leite também já bateu o martelo e afirma: "não haverá festa da padroeira Nossa Senhora da Purificação, tradicionalmente realizada em fevereiro". Para que a população não deixe de comemorar, o



PACATUBA teve a festa cancelada pela justiça

gestor cedeu o espaço para um empresário da área organizar um evento, só que cobrando ingresso. "O custo para o município será zero. Acho que essa é uma tendência para o próximo ano, pois quem quiser festa terá que pagar", opina.

O prefeito de Cumbe, Marcelo Moraes, foi obrigado a cancelar a Festa de Santos Reis, com mais de 30 anos de tradição. "É lamentável, mas, infelizmente, necessário", lastima. A mesma situação acontece nos municípios de Riachuelo e Pedrinhas, e os gestores explicam o motivo. "Decidi não realizar nenhuma programação da tradicional festa da padroeira Nossa senhora da Conceição", revela a prefeita Cândida Leite. "Também cancelei a comemoração pelo aniversário da cidade, que aconteceria agora no dia 25 de novembro (próxima terça-feira). Em Pedrinhas só se fala em corte, gastar somente o que for extremamente necessário", complementa o prefeito Zé de Bá.

Em Monte Alegre, assim que assumiu, o prefeito Antônio Rodrigues, o Tonhão, tomou a decisão de não realizar nenhum evento por falta de condições financeiras da prefeitura. Há 20 anos, quando foi prefeito pela primeira vez, ele criou o "Forró Alegre", que se tornou tradição na região, mas que diante do quadro atual não teve continuidade. "A realidade agora é outro. Municípios sem recursos como o nosso, o prefeito tem que escolher se faz festa ou se paga um médico, o transporte escolar ou até mesmo o salário do servidor. A população muitas vezes crítica o gestor que não faz festa, mas ela precisa compreender essa nova realidade", frisa Tonhão, que é presidente da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames).

já está sendo informada do cancelamento dos festejos de final de ano e de janeiro de 2015, tradicionalmente realizados a mais de 60 anos. "A equipe da Secretaria de Cultura está repassando a decisão. A única coisa que podemos oferecer é o apoio logístico e de equipamentos próprios e a população precisa entender isso. Temos que cumprir com o nosso papel de gestor, trabalhando para garantir a melhoria da Educação, Saúde e outros serviços essenciais", esclarece o prefeito Claudionor Melo.

SEM GARANTIA DE RECURSOS

O prefeito explica que é necessário existir o mínimo de recursos para que todas as ações básicas sejam realizadas. No entanto, o que acontece hoje é que o gasto no final de cada mês é sempre garantido, já o recurso para isso é incerto. "Não existe a menor possibilidade de planejamento para o mês seguinte, imagine então como vamos planejar os quatro anos de uma gestão", questiona. O Congresso Federal, ironicamente caracterizado pelo prefeito como "bondoso", aprova todos os tipos de leis que só oneram os municípios.

"Temos a obrigação moral de reivindicar de nossas bases parlamentares ações imediatas, no sentido de não aprovar leis que não apontem a fonte dos recursos para o seu cumprimento", sugeriu, levantando novamente a questão da urgência em se realizar uma reforma tributária que devolva aos municípios a condição de ente federado respeitável. O presidente da Fames também aposta neste caminho. "Essa é uma das bandeiras da luta municipalista. A divisão mais justa dos recursos para que as prefeituras possam oferecer serviços dignos à população", conpleta Tonhão.

A comunidade de Cedro de São João